

## **ATUAÇÃO DOCENTE: ENSINO DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR**

**Daniele Siqueira VERAS<sup>1</sup>**  
**Izabelly Correia dos Santos BRAYNER<sup>2</sup>**

**Resumo:** Após a sanção do Decreto 5626/2005, a Libras ganhou o cenário nacional, tornando-se disciplina obrigatória para os cursos de formação de professores e optativa para os demais cursos. Portanto, a presente pesquisa versa investigar como se dá a atuação dos docentes de Libras no ensino superior. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, para atingir o objetivo proposto, foram selecionados cinco (5) professores de Libras que atuam no ensino superior. Os resultados obtidos apontam para a formação fragilizada dos docentes que atuam no ensino da Libras, carga horária insuficiente, resistência dos alunos no aprendizado de uma língua viso espacial e o desconhecimento da Libras por parte das IES. Esses dados fortalecem a necessidade de um diálogo por parte das IES, em uniformizar a carga horária e os conteúdos da disciplina e um investimento maior na Pós-Graduação.

**Palavras-chave:** Libras, Ensino Superior, Docentes.

**Abstract:** After the enactment of Decree 5626/2005, Libras won the national scenario, becoming a compulsory discipline for teacher training courses, and optional for other courses. Therefore, the present research is to investigate how the work of Libras teachers in higher education occurs. It is a qualitative study, in order to reach the proposed goal, five (5) Libras teachers who work in higher education were selected. The results obtained point to the weak formation of the teachers who work in the teaching of the Libras, insufficient workload, the students' resistance to the learning of a spatial language and the ignorance of the Libras by the Higher Education Institutions. These data strengthen the need for a dialogue on the part of Higher Education Institutions, in order to standardize the hours and contents of the course and a higher investment in the Graduate Program.

**Keywords:** Libras, Higher Education, Teachers.

Recebido em 27-12-2017

Aceito em 26-03-2018

<sup>1</sup> Licenciada em Letras com Habilitação em Libras - UFPB. Mestre em Saúde da Comunicação Humana - UFPE. Doutoranda em Psicologia Cognitiva - UFPE. E-mail: daniele.veras@gmail.com

<sup>2</sup> Licenciada em Letras com Habilitação em Libras - UFPB. Mestre em Ciências da Linguagem - UNICAP. Doutoranda em Ciências da Linguagem - UNICAP. izabelly.correias@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No mundo globalizado em que vivemos, nada mais usual de que encontrarmos uma diversidade de pessoas participantes de uma mesma sociedade, e que possivelmente não compreendidas. Nesse sentido, podemos falar da inserção da pessoa surda na educação e também na sociedade, como participantes ativos.

Na tentativa de minimizar as barreiras comunicacionais, a Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida como meio de expressão e comunicação das comunidades surdas brasileira, através da Lei 10.436/2002. Para regulamentar tal lei, foi instituído o decreto 5626 no ano de 2005, o art. 3º do Decreto 5.626/2005 afirma que a Libras deve fazer parte da grade curricular, como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério e Fonoaudiologia. Assim, estaremos formando novos profissionais que já sairão das IES com conceitos acerca do surdo, da surdez e da língua de sinais.

Além disso, o § 2º afirma que a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. Portanto, as frentes em busca de uma sociedade que acolha a diferença e equipare as oportunidades também está registrada legalmente.

Assim sendo, as IES, tiveram dez (10) anos, após o Decreto 5.626 em 2015, para adequar seus currículos e promover o ensino da Libras. Nesse sentido, essa pesquisa versa investigar dificuldades enfrentadas pelos docentes de Libras no ensino superior. Para atingir tal objetivo buscou-se verificar a formação dos docentes que atuam no ensino superior e identificar dificuldades encontradas pelos docentes no ensino da Libras.

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa de caráter descritiva. Para tal, responderam ao questionário cinco (05) professores, afim de traçar o perfil dos

mesmos, e elencar dificuldade no ensino da Libras. A base teórica utilizada para fundamentar o artigo estará entrelaçada por autores como, CAVALCANTI (2007), GOLDFELD (2002), SOUZA (2016), BRAYNER (2016), dentre outros.

Essa pesquisa contribuirá para tanto para área acadêmica, no sentido de apresentar as dificuldades encontradas pelos professores que já realizam uma atuação profissional como professores de Libras, e nesse sentido minimizar esses efeitos negativos na formação dos novos profissionais (como, por exemplo, a incompreensão das particularidades da escrita do aluno surdo ou o entendimento de que a Libras é a primeira língua destes sujeitos) e conseqüentemente, enriquecerá a formação dos professores que irão atuar com os alunos surdos, o que contribui para uma melhoria na educação de surdos do nosso país.

## BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

As leis que oferecem suportes aos direitos dos surdos são muito recentes. Durante muitos anos, a comunidade surda esteve marginalizada da sociedade, sem qualquer participação educacional, linguística, cultural e social. Segundo Silva (1998), o ensino formalizado para surdos, escolas regulares, no nosso país teve seu início em 1857 através do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, e durante muitos anos a educação dos surdos esteve ligada excepcionalmente ao INES, acolhendo, assim, surdos do Brasil inteiro, como um internato.

Cavalcanti (2007) afirma que somente na década de 1930, na cidade de São Paulo, brotaram algumas iniciativas particulares e religiosas, para a educação de surdos, através do Instituto Santa Terezinha<sup>3</sup>. A preocupação da rede municipal e de grupo de pais faz com que em 1950, fundam, respectivamente, o Instituto Helen Keller e o Instituto Educacional São Paulo (atualmente

<sup>3</sup> O Instituto Santa Terezinha hoje é uma escola especializada para o Ensino Médio de surdo em São Paulo.

ligado à PUC-SP). Ainda segundo a autora, a rede estadual mostra seu interesse na educação de surdos em 1957, com a criação de salas especiais (dentro das escolas regulares). A abordagem vigente educacional que dava orientação sobre a educação dos surdos era o Oralismo<sup>4</sup>; nesse sentido, a formação recebida pelos professores estava diretamente ligada a aspectos que valorizavam o ensino de oralização, reabilitação da fala e leitura labial.

Esses dados possibilitam a reflexão de que a educação de surdos no século XX estava ligada a uma visão clínica, que era, segundo Moura (2000, p. 26), “[...] equivocada quanto aos seus, que procurava a todo custo acabar com aquilo que não podia ser tratado, curado na maioria das vezes [...]”. Portanto, as sugestões seguidas pela família, escola e sociedade eram em prol de ‘reabilitar’, a vida do surdo, e isso só é viável através da fala, por meio da restauração da audição, pois se ela fosse restaurada, a fala também seria.

A ação em favor da inclusão passou por diferentes etapas. O período de Oralização foi substituído no Brasil, segundo Souza (1996), pela filosofia educacional Comunicação Total na década de 70, e este método tinha como objetivo a valorização da comunicação por meio de qualquer recurso linguístico (BRAYNER, 2016, p. 03).

Para Goldfeld (2002) as comunidades surdas brasileiras fazem uso de vários auxílios, como: a Libras, a datilologia, o *cued-speech* (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), o português sinalizado e o *pidgin* (simplificação da gramática de duas línguas).

Segundo Brito (1993) a abordagem era uma artificialização da comunicação, por ser

uma redução no uso dos sinais apenas para apoio à fala. Desta forma, não existe o reconhecimento de uma língua sinalizada tanto em termos de filosofia como de implementação. Portanto, é diante desse panorama que a compreensão da língua de sinais, como língua e seu emprego deveria ser independente da língua oral, que surge a partir dos anos 80, o Bilinguismo.

Lacerda (1998) vem em defesa do Bilinguismo por ser uma abordagem que propõe um espaço efetivo para que a Libras possa ser inserida no contexto tanto educacional, quanto social, e conseqüentemente crianças surdas deveriam adquirir a Libras como primeira língua (L1) e a língua oficial do país — no caso, o português — como segunda língua (L2), preferencialmente na modalidade escrita.

Atualmente, o bilinguismo tem sido aceito entre os especialistas e educadores como a forma de comunicação dos surdos que permite a integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, as comunidades de surdos e ouvintes (FERNANDES, 1997, p. 309).

Sendo assim, ao vivenciarmos quinze anos da conquista da Lei no 10.436/2002 e doze anos do Decreto no 5.626/2005, o maior aprendizado é o do que não devemos fazer com os profissionais que atuaram na educação dos surdos. Souza (2016), por meio do Plano Nacional de Educação e das políticas locais para implantação da educação bilíngue para surdos, elenca alguns pontos negativos vivenciados nesse período, mostrando que o governo, com a alegação da inexistência de educadores, pedagogos, licenciados e outros profissionais formados para a organização de escolas bilíngues, requer como formação mínima para a atuação na educação de surdos: cursos de especialização, que não têm como objetivo a

relata que o Oralismo iniciou sua era a partir do Congresso de Milão, em 1880, e segundo tal filosofia, o meio de comunicação utilizado pela comunidade surda deveria ser a língua oral e, por consequência, os sinais eram considerados prejudiciais para o desenvolvimento do surdo.

<sup>4</sup> Cavalcanti (2007) refere que o termo **oralização** deve ser entendido de maneira diferente do termo **oralidade**. O primeiro é utilizado pelos profissionais da área da surdez, fazendo alusão ao ensino da língua oral ao surdo, estando fortemente ligada à reabilitação através da clínica fonoaudiológica. Goldfeld (2002)

formação de professores bilíngues; cursos de Libras aligeirados de 80 a 120 horas; contratação de profissionais com ensino médio para a educação; entre outras medidas a serem atendidas de acordo com os editais para a seleção de educadores.

Tais pontos nos permite a reflexão da fragilização na formação docente dos professores de Libras, a partir do recuo das Instituições de Ensino Superior – IES em formar profissionais para a educação de surdos.

## **F**ORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LIBRAS

As políticas públicas asseguram os direitos dos surdos ao ensino regular, e a possibilidade de uma proposta pedagógica que respeitasse a comunidade surda se tornou concreta a partir da sanção da Lei no 10.436/2002, e essa lei coloca um ponto final ao período de ausência quase que total de leis que defendessem os direitos linguísticos do surdo. Com o seu reconhecimento, os direitos linguísticos da comunidade surda estão certificados pelas políticas públicas, que asseguram o ingresso e permanência desse aluno dentro das escolas regulares.

Segundo Brayner (2016) a pergunta que devemos fazer é a seguinte: através das leis propostas, os surdos irão frequentar as escolas regulares e comunicar-se em Libras, e os conteúdos serão veiculados através da Língua Portuguesa escrita; então, quem serão os profissionais que poderão atuar nessa estruturação da educação de surdos?

A resposta para essa pergunta está pautada no Decreto no 5.626/2005. Ele trouxe muitas mudanças para a educação, principalmente nas Instituições de Ensino Superior – IES, trazendo a Libras para o ensino superior, como componente curricular, e o dever da mesma em usar e divulgar a Libras.

Portanto, o art. 3o do Decreto 5.626/2005 afirma:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de

Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Sendo esse ponto do decreto possibilita a formação dos novos profissionais que já sairão das IES com conceitos acerca do surdo, da surdez e da língua de sinais.

Além disso, o § 2o refere que a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. O que nos possibilita a seguinte reflexão, proporcionar o conhecimento da Libras para todas as áreas é um passo para uma sociedade que respeite as diferenças e equipare as oportunidades.

Condensando as informações explanadas, a Libras deve constar nos currículos de todos os cursos, ou como disciplina obrigatória ou optativa. Então, qual a formação que professores de Libras deverão apresentar para atender tal demanda? Segundo Brayner (2016) o decreto, no capítulo III, expõe as recomendações para a formação do professor de Libras, em seu art. 4o, devendo ser realizada em nível superior, em curso de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Desse modo, a recomendação para a formação dos professores de Libras deve ser o nível superior; no entanto, a execução de tal recomendação demanda tempo e preparo, o que faria dela uma opção em longo prazo.

Ao visualizar essa opção a longo prazo, o decreto instituiu o prazo de dez anos para a concretização da formação de professores no nível superior, por meio da licenciatura em Letras/Libras. E os profissionais que já atuavam na área foram contemplados com o art. 7o — caso não exista docente com a titulação em nível superior, a formação docente exigida deverá obedecer ao seguinte critério: professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação.

Anualmente, o Ministério da Educação e as IES credenciadas deverão promover o exame de proficiência em Libras, e esta certificação habilitará a atuação do professor de Libras. O ProLibras não oferece a formação à pessoa, ele apenas verifica/avalia os conhecimentos que os professores possuem, ou seja, a prova foi criada com o intuito de atender a demanda dos profissionais que já trabalhavam com surdos, e a realização dessa avaliação estaria certificando legalmente essa atuação. O prazo para o cumprimento das provas acabou no final do ano de 2015 e foram realizadas sete edições do ProLibras (BRAYNER, 2016, p. 06).

No ano de 2006, surge um pioneiro curso no nível superior, a licenciatura em Letras/Libras na modalidade à distância, mas com encontros presenciais a cada quinze dias. O curso foi criado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, distribuído pelo país polos presenciais em convênio com a UFSC. O estado de Pernambuco recebeu uma turma de licenciados em Letras/Libras na modalidade à distância. Atualmente conta com o curso de licenciatura em Letras/LIBRAS na modalidade presencial pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e apesar de ser um curso recente e ainda não ter nenhuma turma formada, essa conquista traz ganhos visíveis para o estado, pois proporcionará, além de tudo, um local de pesquisa e expansão dos Estudos Surdos.

No art. 9º, o decreto 5.626/2005 estabelece o prazo para que as IES introduzam a disciplina Libras em suas grades curriculares: em até três anos, vinte por cento dos cursos da instituição deveriam ter inserido a Libras nas grades curriculares dos cursos; em até cinco anos, sessenta por cento dos cursos da instituição; até sete anos, oitenta por cento dos cursos da instituição; e em até dez anos, cem por cento dos cursos da instituição. Não alcançamos a meta estabelecida pelo decreto, e um dos fatores determinantes é a falta de profissionais com a formação requerida na lei para assumir os cargos. Consequentemente, ainda temos algumas IES que não possuem Libras nas grades curriculares dos seus cursos e nem professores de Libras na instituição.

## **M**ETODOLOGIA

A escolha de uma metodologia que corresponda ao objeto pesquisado e sua coerência com a referência bibliográfica acerca da temática em questão constitui ponto determinante para o alcance dos objetivos inicialmente propostos para a pesquisa.

## **T**IPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo,

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características (CERVO, 2007, p. 61).

Esse tipo de pesquisa refere-se a um estudo da descrição das características existentes na comunidade pesquisada, possibilitando um estudo que identifique o perfil e as representações da população pesquisada.

## **S**UJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa cinco (5) professores, de Libras que atuam em Instituições de Ensino Superior na região metropolitana da cidade do Recife-Pernambuco, de ambos os gêneros e com idade variadas entre 25 a 50 anos de idade.

## **I**NSTRUMENTO

Os dados foram coletados a partir de um questionário semiestruturado que foi preenchido pelos sujeitos e enviados para as pesquisadoras via e-mail. A escolha deste instrumento deu-se pelo fato das vantagens que ele possui.

O questionário apresenta uma série de vantagens: economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; abrange uma área geográfica mais ampla; economiza pessoal, tanto em adiestramento quanto em trabalho de campo; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais segurança, pelo fato das respostas não serem identificadas; há menos riscos de distorção, pela não influência do pesquisador; há mais tempo de respostas e em hora mais favorável; há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis (LAKATOS, 2010, p. 184 e 185).

Essa série de vantagens possibilitou a escolha desse instrumento, portanto os entrevistados receberam por e-mail o questionário, e junto a ele o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido - TCLE explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter as respostas.

## PROCEDIMENTOS

Para a concretização do objetivo proposto, foram delineadas as seguintes fases, que se completam:

**1. Na primeira fase**, ocorreu o contato com os sujeitos através de e-mail os convidando a participar da pesquisa, foram enviados e-mails para seis (06) professores de Libras que atuam no nível superior, e recebemos o aceite de cinco (05) desses profissionais.

**2. Na segunda fase**, ficou acordado entre o pesquisador e os entrevistados que eles receberiam o questionário por e-mail, assim foi feito e junto a ele enviamos o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE, que contém os principais itens da pesquisa, esclarecendo a importância da participação dos mesmos na pesquisa.

**3. Na terceira fase**, os sujeitos reenviaram os questionários respondidos

juntos com o TCLE, os questionários estão lidos e seguimos para análise de dados.

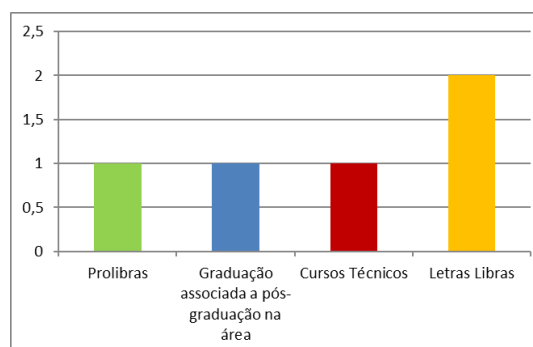
## ANÁLISE DOS DADOS

Após o contato inicial e a assinatura do TCLE, os questionários foram respondidos pelos sujeitos e enviados para a pesquisadora por e-mail. Em sequência, a partir das respostas os dados foram organizados nessas categorias e em gráficos ou numa tabela para tornar visual e mais fácil a leitura dos dados objetivando a apresentação dos dados relevantes das dificuldades enfrentadas pelos docentes de LIBRAS no ensino superior.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação dos profissionais que atuarão no ensino da Libras, ainda vem sendo consolidada pelas IES, e em contrapartida pelas exigências das leis o mercado de trabalho atualmente necessita da atuação dos professores de Libras. E, apesar do decreto 5.626/2005 determinar qual a formação que o professor de Libras deve apresentar para assumir esse cargo, muitas vezes se torna inviável, pois a oferta de emprego, se torna menor que a demanda de profissionais. Os professores que participaram da pesquisa apresentam o seguinte perfil para a formação profissional:

**Gráfico 1** – Formação dos professores de Libras



Fonte: elaborado pelos pesquisadores

No gráfico 01, temos a formação dos professores de Libras, embora o art. 4º do decreto 5.626 determine que

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (BRASIL, 2005, p.01).

O gráfico nos mostra que, 20% dos participantes foram formados pelos cursos técnicos, 20% através do Prolibras e 20% por meio de Pós-Graduação na área de Libras, e 40% formado via Licenciatura em Letras/Libras, o que confirma a recomendação do decreto, em termos os professores de Libras formados no ensino superior.

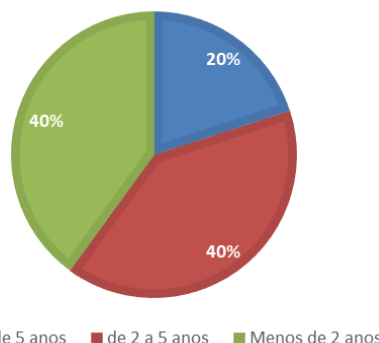
Apenas 20%, ou seja, um dos participantes, que é oriundo do Prolibras, o que corrobora com os dados da pesquisa de Brayner (2016), que das seis edições dessa prova aplicada em todo território brasileiros, o número de profissionais que obtiveram a aprovação totaliza 3.764 profissionais distribuídos nos níveis médio e superior, o que representa um número insignificante diante da demanda a ser atendida.

No entanto, as formações oriundas das especializações em Libras ou cursos técnicos não preparam o professor de Libras para a atuação no nível superior, o que confirma algumas das características elencadas por Souza (2016), como: cursos de Libras aligeirados de 80 a 120 horas e contratação de profissionais com ensino médio para a educação, o que influencia diretamente na formação dos alunos que possivelmente atuaram na educação dos alunos surdos.

## TEMPO DE ATUAÇÃO

Com relação ao tempo de atuação dos docentes de Libras no nível superior temos a seguinte disposição dos dados:

**Gráfico 2** – Tempo de atuação dos docentes para o ensino da Libras no nível Superior



Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Portanto com relação ao tempo de atuação no ensino superior, um dos participantes atua no ensino da Libras a mais de cinco (5) anos, dois (2) dos participantes atuam no intervalo de dois a cinco anos, dois (2) participantes atuam no intervalo de tempo menor que dois anos. De uma forma geral temos tempo de atuação dos professores de Libras, e isso deve-se ao fato de que algumas IES demoram significativamente adequar seus currículos, pois, segundo o decreto 5.626/2005:

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos: I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição (BRASIL, 2005, p. 02).

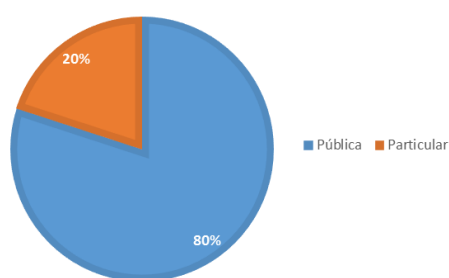
Sendo assim, o tempo para inserção da Libras nas grades curriculares, foi de dez (10) anos, que foi expirado ao final do ano de 2015. Esse tempo também se refere à formação dos professores de Libras, o que se torna uma missão a longo prazo, fazendo

com que o tempo de atuação desse profissional seja mínimo.

## INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO

Os participantes pesquisados em sua maioria atuam em instituições públicas, conforme nos mostra o Gráfico 3:

**Gráfico 3** – Tipos de instituições que os docentes de Libras atuam



Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Confirmando o dado anterior com relação ao reduzido tempo de atuação dos docentes de Libras o tipo de instituições que eles trabalham atestam esse dado, 80% dos participantes atuam em IES públicas, e apenas 20% atua em IES de cunho particular, ou seja, as instituições públicas, reformularam seus currículos, abrindo concursos e contratos para cumprir com a demanda de trabalho, enquanto que as instituições particulares oferecem a menor demanda.

## DIFICULDADES ELENCADAS NA ATUAÇÃO

Com relação as dificuldades na atuação dos docentes de Libras no ensino superior, montamos essa tabela, organizadas pelas prevalências das respostas:

**Quadro 1** – Dificuldades dos docentes de Libras no ensino superior

| Dificuldades encontrada pelos docentes em suas atuações no ensino superior |
|--|
| 1.Carga horária da disciplina Libras é insuficiente                        |
| 2.Falta de material didático para trabalhar os conteúdos.                  |
| 3.Falta de formação continuada.  |

4.Resistência dos alunos no aprendizado de uma língua visoespacial.

5.Falta de conhecimento da Libras por parte da comunidade acadêmica.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Com relação as dificuldades encontradas por esses profissionais para o ensino da Libras, **80% referem que a carga horária da disciplina Libras é insuficiente**. O decreto 5.262/2005, não menciona qual a carga horária que a disciplina Libras deve ter e quais os conteúdos que devem ser ministrados, ficando a cargo da IES essa responsabilidade, então temos uma variação entre 60h, 45h e até disciplinas de 30h, o que é exíguo para adquirir competências significativas na Libras. E, também **o período que a disciplina é ofertada, que muitas vezes ocupam os finais da graduação (7ª e 8ª)** onde os alunos já estão em prática de estágio e, algumas vezes já receberam alunos surdos.

Outra dificuldade encontrada pelos profissionais é a falta de material para trabalhar os conteúdos, portanto você encontra uma diversidade de ementas e conteúdos ministrados, não tendo uma uniformidade nas IES.

A **formação continuada**, que é prevista no decreto 5.626/2005,

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, 2005, p. 01).

Apesar de estar referido no decreto, infelizmente a formação não acontece, então professores precisam buscar suas próprias formações, dos cinco (5) participantes da pesquisa, dois dos participantes possui Mestrado na área de Educação, dois possui especialização, e apenas um só possui a graduação.

Os professores mencionaram uma dificuldade pertinente em suas atuações, pois a Libras é uma língua de modalidade



visoespacial, assim como define Ferreira (1993), e alguns alunos apresentam uma certa resistência em aprender uma língua que executamos com as mãos, ou o oposto, chegam tão empolgados com a aprendizagem, pois acham que saíram da disciplina fluentes, e com a carga horária disponível, é praticamente impossível que isso aconteça. Além da falta de conhecimento da Libras por parte de toda comunidade acadêmica, o que desconsidera os pressupostos do Bilinguismo defendido por Lacerda (1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer as dificuldades enfrentadas pelos professores de Libras no ensino superior não se configura como uma solução para os problemas de ensino da Libras, mas como uma proposta para revisão das leis que regem o ensino dessa língua no nosso país, além da minimização dos efeitos negativos das práticas de ensino.

O presente artigo teve como objetivo investigar as dificuldades dos professores de Libras no ensino superior, e diante das respostas ao questionário, temos uma formação que ainda não cumpre o que determina o decreto 5.626/2005, que exige para atuação, profissionais com a licenciatura em Letras/Libras e Profissionais com Determinadas licenciaturas + a certificação do Prolibras; apesar do dado geral, dois dos participantes tem formação na graduação em Letras/Libras, o que torna o número significativo a partir do total de participantes da pesquisa. A carga horária insuficiente, falta de diretrizes para as ementas e conteúdos a serem ministrados nas aulas, falta de material didático para melhorar as práticas pedagógicas, também foram pontos ressaltados pelos professores como aspectos que dificultam suas práticas de ensino da Libras. E também, a falta de conhecimento da Libras por parte das IES, o que gera uma desvalorização dessa língua.

Para concluir cabe considerar, para pesquisas futuras, um diálogo maior por parte das IES para equipar as ementas e a carga horária da disciplina Libras, além de um maior investimento nas Pós-Graduações,

o que gera pesquisa e o estudo mais aprofundado dessa língua, tornando-a mais conhecida e fortalecendo a formação do profissional que atuará com ensino da Libras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005, 184º da Independência e 117º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 12/07/2017.

BRASIL. **Lei nº 10436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002, 181º da Independência e 114º da República. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListPublicacoes.action?id=234606>>. Acesso em: 12/07/2017.

BRAYNER, I. C. dos S. **A formação dos professores de LIBRAS: desafios a serem percorridos**. In: CINTEDI. 2016. Campina Grande. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://novaesocla.org.br/conteúdo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-poertugesa-a-alunos-surdos>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CAVALVANTI, M. C.; SILVA, I. R. **“Já que ele não fala, podia ao menos escrever...” o grafocentrismo naturalizado que insiste em normatizar o surdo**. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). **Linguística aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

CERVO, A. L. Metodologia científica / Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Carolino Santos. Campinas, SP:  
UNICAMP/FE, 2016.

Fernandes, E. **Surdez e bilingüismo**: leitura de mundo e mundo da leitura. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental, Deficiência Auditiva (Vol. I, pp. 309 - 331). Brasília: Secretaria de Educação Especial MEC, 1997.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Cad CEDES**, 1998. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. São Paulo: Editora Revinter, 2000.

SILVA, I. R. **O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, 1998.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** O que os surdos e sua lingua(gem) de sinais têm a dizer à lingüística e à educação. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.

SOUZA, R. M.; LINS, H. A. de M.; NASCIMENTO, L. C. R. (Org.). **Plano nacional de educação e as políticas locais para implantação da educação bilíngue para surdos**. Editora Técnica: Gildenir